

Via Araucária
Concessionária de
Rodovias S.A.

**Demonstrações financeiras referente ao
exercício findo em 31 de dezembro de
2023**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12
Balancos patrimoniais	15
Demonstração do resultados	16
Demonstração do resultados abrangentes	17
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	18
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	19
Demonstração dos valores adicionados	20
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	21

Relatório da Administração

2023



A Administração da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração sobre os negócios sociais da Companhia e principais fatos administrativos ocorridos no exercício de 2023.

APRESENTAÇÃO DA COMPANHIA

A Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A., empresa controlada pela Infra BR V Rodovias Holding III S.A., é uma sociedade de propósito específico, cujo objeto social consiste exclusivamente para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário, composto pelos trechos da BR-277/373/376/476 e PR-418/423/427 que compõe, o Lote 01 nos termos do Edital nº 01/2023, concedido pelo Governo do Estado do Paraná, por intermédio da ANTT - Agência Nacional de Transportes Terrestres.

O contrato de concessão prevê o prazo de 30 anos, detendo até 2054, a concessão das rodovias federais BR-277/373/376/476 e estaduais PR-418/423/427 do Lote 1 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, abrangendo 473 quilômetros de rodovias. Esse trecho inclui os contornos Norte e Sul de Curitiba, as interligações entre municípios da Região Metropolitana de Curitiba e a rota entre a capital e Guarapuava, no Centro-Sul do Paraná, entre outros segmentos viários.

As vias da Via Araucária atravessam 18 municípios das regiões Centro-Sul, Metropolitana e Campos Gerais e fazem parte da conexão entre o Porto de Paranaguá – maior porto exportador de produtos agrícolas do Brasil – a Região Metropolitana de Curitiba e a Ponte da Amizade, na fronteira com o Paraguai.

As praças de pedágio estão localizadas em São Luiz do Purunã (BR-277), Lapa (BR-476), Porto Amazonas (BR-277), Imbituva (BR-373) e Irati (BR-277).



DESTAQUES

Plano de investimentos

A Companhia tem a previsão de investir R\$ 9 bilhões em obras de melhorias e manutenção em trechos da rodovia e 75% dos investimentos estão previstos para os primeiros anos de contrato, entre 2024 a 2030.

Os principais investimentos incluem a implantação de 344 quilômetros de duplicações, 215 quilômetros de faixas adicionais, 32 quilômetros de vias marginais, 27 quilômetros de ciclovia, 63 interseções, 20 correções de traçado, 12 passarelas, 92 melhorias de acesso, 3 quilômetros de barreira antirruído, 14 passagens de fauna e 31 caixa de produtos perigosos.

Impactos positivo na economia

A Companhia prevê a geração de mais de 800 empregos, impulsionando a economia local.

Autorização do início de cobrança de pedágio

Em 11 de março de 2024 (evento subsequente), conforme Deliberação nº 66/2024, foi autorizado pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, o início da cobrança de pedágio nas praças de pedágio P1 - S. L. do Purunã - PR (km 140+000) da BR-277/PR, P2 - Lapa - PR (km 191+500) da BR-476/PR, P3 - Porto Amazonas - PR (km 165+700) da BR-277/PR, P4 - Imbituva - PR (km 216+000) da BR-373/PR e P5 - Irati - PR (km 256+100) da BR-277/PR, do trecho concedido da BR-277/373/376/476 e PR-418/423/427, a partir de 23 de março de 2024.

TARIFAS A SEREM PRATICADAS

A Tarifa Básica de Pedágio foi aprovada com reajuste de 15,75%, correspondente à variação do Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) no período entre a data-base da tarifa ofertada no leilão, outubro de 2021, e o mês de início da cobrança do pedágio, março de 2024, com vista à recomposição tarifária. Em consequência, a Tarifa Básica de Pedágio quilométrica, foi reajustada de R\$ 0,10673, ofertada no leilão, para R\$ 0,08725, para as novas praças P1, P2, P3, P4 e P5.

Tarifa Básica de Pedágio, aprovada a ser praticada nas Praças de Pedágios P1 - "S. L. do Purunã", P2 - Lapa, P3 - Porto Amazonas, P4 - Imbituva e na P5 – Irati:

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Nº de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem praticados (R\$)				
					P1	P2	P3	P4	P5
1	Automóvel, caminhonete e furgão	2	Simples	1,0	8,70	10,90	10,20	10,00	11,50
2	Caminhão leve, Ônibus, caminhão-trator e furgão	2	Dupla	2,0	17,40	21,80	20,40	20,00	23,00
3	Automóvel e caminhonete com semirreboque	3	Simples	1,5	13,05	16,35	15,30	15,00	17,25
4	Caminhão, caminhão-trator, caminhão-trator com semirreboque e Ônibus	3	Dupla	3,0	26,10	32,70	30,60	30,00	34,50
5	Automóvel e caminhonete com reboque	4	Simples	2,0	17,40	21,80	20,40	20,00	23,00
6	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	4	Dupla	4,0	34,80	43,60	40,80	40,00	46,00
7	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	5	Dupla	5,0	43,50	54,50	51,00	50,00	57,50
8	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semireboque	6	Dupla	6,0	52,20	65,40	61,20	60,00	69,00

continua

Categoria de Veículo	Tipo de Veículo	Nº de Eixos	Rodagem	Multiplicador da Tarifa	Valores a serem praticados (R\$)				
					P1	P2	P3	P4	P5
9	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	7	Dupla	7,0	60,90	76,30	71,40	70,00	80,50
10	Caminhão com reboque, caminhão-trator com semi-reboque	8	Dupla	8,0	69,60	87,20	81,60	80,00	92,00
11	Motocicletas, motonetas e bicicletas moto	-	-	-	-	-	-	-	-
12	Veículos oficiais e do Corpo Diplomático	-	-	-	-	-	-	-	-

O contrato de concessão prevê ainda dois descontos tarifários por utilização de Sistema de Cobrança Eletrônica (AVI), o Desconto Básico de Tarifa (DBT) e o Desconto de Usuário Freqüente (DUF).

DBT – desconto de 5% sobre a tarifa de pedágio, aplicável a todas as categorias de veículos.

DUF – de acordo com a quantidade de passagens realizadas em uma mesma praça de pedágio, no mesmo sentido de fluxo e dentro de um mesmo mês calendário, aplicável as categorias de veículos 1, 3 e 5.

RESULTADOS FINANCEIROS

RECEITA OPERACIONAL

R\$ mil	2.023
Receitas de pedágio	-
Receitas acessórias	-
Receitas de construção	28.837
Outras Receitas	-
Receita Bruta	28.837
(-) Receitas de construção	(28.837)
Receita Bruta Ajustada¹	-
Deduções	-
Receita Líquida Ajustada¹	-

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação à Receita de Construção.

Em 2023 não ocorreram receitas oriundas de recebimento de pedágio (fase pré-operacional).

Receitas de construção

As receitas de construção acompanham os investimentos realizados em serviços de restauração, instalação e recuperação da infraestrutura. É uma representação contábil, que a contrapartida está demonstrada na rubrica de custo dos serviços de construção, eliminando seu efeito no resultado.

CUSTOS E DESPESAS

R\$ mil	2023
Com pessoal	(1.494)
Conservação e Manutenção	(189)
Serviços de terceiros	(1.076)
Seguros / Garantias	(393)
Consumo	(29)
Transportes	(6)
Comunicação e marketing	(38)
Publicações legais	(21)
Outras despesas operacionais	(2)
Outras despesas diversas	(2.009)
Custos e Despesas Administráveis	(5.257)
Depreciação e amortização	-
Custos e Despesas Operacionais Ajustados¹	(5.257)
Custos de serviços da construção	(28.837)
Provisão de manutenção	-
Custos e Despesas Operacionais	(34.094)

¹ Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao Custo de Construção e Provisão para Manutenção

Os custos e despesas operacionais em 2023 foram de R\$ 34,1 milhões.

Composição dos custos e despesas administráveis



EBITDA e margem EBITDA

R\$ mil	2023
Resultado Líquido	(3.799)
(+) Depreciação e Amortização	-
(+) Resultado Financeiro	(445)
(+) IR e CSLL	(1.013)
EBITDA¹	(5.257)
<i>Margem EBITDA²</i>	-
(+) Provisão para Manut. De Rodovias	-
EBITDA Ajustado	(5.257)
<i>Margem EBITDA Ajustada</i>	-

1: EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA).

2: A Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustada consideram a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas e Custos de Construção.

Devido ser período pré-operacional, no exercício de 2023 não ocorreram receitas oriundas de recebimento de pedágio, não sendo aplicável o cálculo de margem.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	2023
Rendimentos sobre aplicações financeiras	1.227
Receitas Financeiras	1.227
Encargos financeiros	(585)
Outros	(197)
Despesas Financeiras	(782)
Resultado Financeiro	445

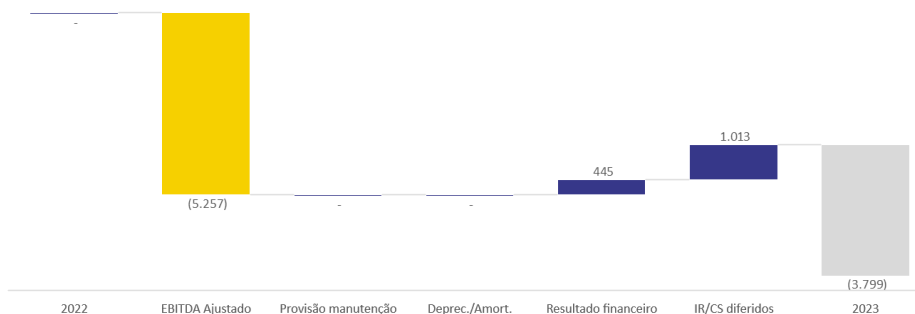
No exercício de 2023 o resultado financeiro da Companhia totalizou R\$ 445mil.

RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ mil	2023
Resultado do exercício	(3.799)

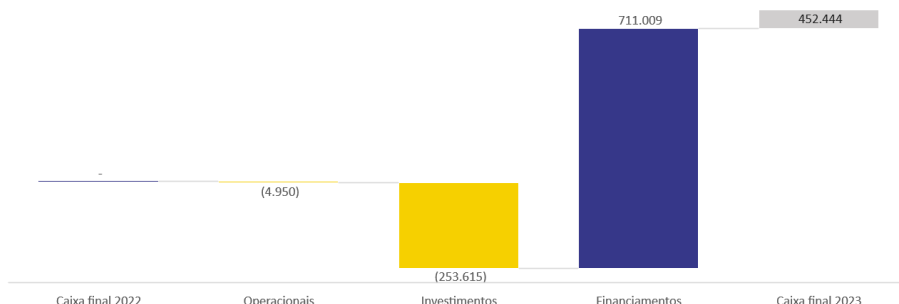
O resultado de 2023 foi de Prejuízo Líquido de R\$ 3,8 milhões.

Variação do resultado do período



FLUXO DE CAIXA

O saldo final de caixa e equivalentes de caixa da Companhia foi de R\$ 452,4 milhões, classificados como recursos de alta liquidez



O saldo final de aplicações financeiras da Companhia foi de R\$ 204,6 milhões, sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI e serão utilizados para os investimentos previstos no contrato de concessão.

O saldo final de conta corrente restrita da Companhia foi de R\$ 28,6 milhões, que se refere ao aporte contratual obrigatório realizado em conta bancária de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário correspondente aos Recursos Vinculados decorrentes ao lance vencedor do leilão, sendo certo que, no ato de sua constituição, foi outorgados poderes para a movimentação da Conta de Aporte, exclusivamente pela ANTT e para os fins previstos no Edital e no Contrato.

ENDIVIDAMENTO

A Companhia, recebeu no exercício de 2023, um total de R\$ 30 milhões oriundos de recursos captados através da 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais. Foram emitidas em 08 de novembro de 2023, em série única, remunerada pelo CDI + 3,30% a.a, com vencimento final em 08 de janeiro de 2024. De forma deliberada, em 28 de dezembro de 2023, a Companhia antecipou o pagamento da Notas Comerciais Escriturais.

No encerramento de 2023, a Companhia não apresentou saldo residual de endividamento.

INVESTIMENTOS

Foram investidos R\$ 28,8 milhões em 2023 para restauração das estruturas prediais, instalação de novas bases de atendimento ao usuário, início dos serviços de suporte médico e mecânico, recuperação da infraestrutura de tecnologia da informação.

ANEXOS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

R\$ mil	2023
Receita operacional líquida	28.837
Custos dos serviços prestados	(32.206)
RESULTADO BRUTO	(3.369)
Despesas administrativas e gerais	(1.888)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(5.257)
Receitas financeiras	1.227
Despesas financeiras	(782)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IRPJ E CSLL	(4.812)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.013
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(3.799)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo (R\$ mil)	2023	Passivo (R\$ mil)	2023
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
Caixa e equivalentes de caixa	452.444	Fornecedores	17.427
Aplicações financeiras	204.560	Obrigações sociais	698
Contas a receber - partes relacionadas	24.273	Obrigações fiscais	1.141
Impostos a recuperar	856	Contas a pagar - partes relacionadas	306
Despesas antecipadas	4.546	TOTAL DO CIRCULANTE	19.572
Adiantamentos a fornecedor	11		
TOTAL DO CIRCULANTE	686.690	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		Capital social	735.074
NÃO CIRCULANTE		Resultado do exercício	(3.799)
Despesas antecipadas	6	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	731.275
Conta corrente restrita	28.577		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.013		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	29.596		
Infraestrutura em construção	34.561		
	34.561		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	64.157		
TOTAL DO ATIVO	750.847	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	750.847

CONSIDERAÇÕES FINAIS

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Informamos que a KPMG Auditores Independentes Ltda. foi contratada para a prestação dos seguintes serviços em 2023: auditoria das informações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”).

As informações contábeis aqui apresentadas no Relatório da Administração estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, e foram elaboradas a partir de informações financeiras auditadas. As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos membros do Conselho de Administração pelo apoio prestado no debate e no encaminhamento das questões de maior interesse da Concessionária. Nossos reconhecimentos à dedicação e ao empenho do quadro funcional, extensivamente a todos os demais que direta ou indiretamente contribuíram para o cumprimento da missão da Concessionária.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA (INSTRUÇÃO CVM 80)

A Diretoria da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. declara, nos termos da Instrução CVM nº 80, datada de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor da KPMG Auditores Independentes Ltda.; e (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Curitiba, 28 de março de 2024.

Diretores
Gilson de Oliveira Carvalho
Sergio Ray Santillan



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Acionistas da

Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A.

Curitiba - Paraná

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles. Também, não executamos procedimentos de auditoria sobre a demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentada como informação suplementar.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

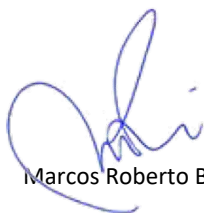
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 29 de Março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC 2SP-027666/O-5 F SP



Marcos Roberto Bassi

Contador CRC 1SP217348/O-5

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	2023	2022 (não auditado)	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2023	2022 (não auditado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	452.444	-	Fornecedores	10	17.427	-
Aplicações financeiras	4.c	204.560	-	Obrigações sociais		698	-
Contas a receber - partes relacionadas	9.a	24.273	-	Obrigações fiscais	11	1.141	-
Impostos a recuperar	5	856	-	Contas a pagar - partes relacionadas	9.b	306	-
Despesas antecipadas	6	4.546	-	TOTAL DOS PASSIVOS CIRCULANTE		19.572	-
Adiantamentos a fornecedor		11	-				
TOTAL DOS ATIVOS CIRCULANTE		686.690	-				
NÃO CIRCULANTE							
Despesas antecipadas	6	6	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Conta corrente restrita	4.b	28.577	-	Capital social	13.a	735.074	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	1.013	-	Resultado do exercício		(3.799)	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		29.596	-	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		731.275	-
Infraestrutura em construção	8	34.561	-				
		34.561	-				
TOTAL DOS ATIVOS NÃO CIRCULANTE		64.157	-				
TOTAL DOS ATIVOS		750.847	-	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDC		750.847	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O PERÍODO DE 14 DE JULHO DE 2022 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do período por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	2023	2022 (5 meses e 18 dias) (não auditado)
Receita operacional líquida	14	28.837	-
Custo dos serviços prestados	15	(32.206)	-
RESULTADO BRUTO		(3.369)	-
Despesas administrativas e gerais	15	(1.888)	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(5.257)	-
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	16	1.227	-
Despesas financeiras	16	(782)	-
		445	-
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(4.812)	-
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Diferidos	7	1.013	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO / PERÍODO		(3.799)	-
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações (em reais - R\$)	17	(0,01)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O PERÍODO DE 14 DE JULHO DE 2022 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	2023	2022 (5 meses e 18 dias) (não auditado)
RESULTADO DO EXERCÍCIO / PERÍODO	(3.799)	-
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO / PERÍODO	<u>(3.799)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O PERÍODO DE 14 DE JULHO DE 2022 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social subscrito e integralizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Companhia em 14 de julho de 2022		-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (não auditado)		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Aumento de capital	13	735.074	-	735.074
Resultado do exercício		-	(3.799)	(3.799)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		<u>735.074</u>	<u>(3.799)</u>	<u>731.275</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O PERÍODO DE 14 DE JULHO DE 2022 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022 (5 meses e 18 dias) (não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		(3.799)	-
Ajustes para conciliar o resultado líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7	(1.013)	-
Receita de aplicações financeiras		(382)	-
Juros de notas comerciais	12	585	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber - partes relacionadas		(208)	-
Despesas antecipadas		(4.552)	-
Impostos a recuperar		(856)	-
Adiantamento a fornecedores		(11)	-
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		4.818	-
Fornecedores - partes relacionadas		306	-
Obrigações sociais		698	-
Obrigações fiscais		49	-
Pagamento de juros	12	(585)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		(4.950)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições conta corrente restrita		(28.577)	-
Aquisições de aplicações financeiras		(204.178)	-
Aquisições de itens do intangível		(20.860)	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(253.615)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Captações de empréstimos	12	30.000	-
Pagamento empréstimos – principal	12	(30.000)	-
Aumento de capital		711.009	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		711.009	-
AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		452.444	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO		-	-
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO		452.444	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A

DEMONSTRAÇÃO DOS VALORES ADICIONADOS PARA O EXERCÍCIO ACUMULADO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E PARA O PERÍODO DE 14 DE JULHO DE 2022 (DATA DE CONSTITUIÇÃO DA COMPANHIA) A 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2023	2022 (5 meses e 18 dias) (não auditado)
RECEITAS	14	28.837	-
Receita de construção		28.837	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		(32.601)	-
Custo de construção	15	(28.837)	-
Custo dos serviços prestados		(1.079)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(260)	-
Custo diversos		(393)	-
Outros		(2.032)	-
VALOR ADICIONADO BRUTO		(3.764)	-
DEPRECIAÇÕES E AMORTIZAÇÕES		-	-
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO (RETIDO)		(3.764)	-
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		1.227	-
Receitas financeiras	16	1.227	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(2.537)	-
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(2.537)	-
Pessoal e encargos:		1.493	-
Remuneração direta		1.333	-
Benefícios		104	-
FGTS		56	-
Impostos, taxas e contribuições:		(920)	-
Federais		(920)	-
Remuneração de capitais de terceiros:		689	-
Juros		585	-
Outras		104	-
Resultado do exercício		(3.799)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

VIA ARAUCÁRIA CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 14 de julho de 2022, domiciliada no município de Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, situada na Rua Presidente Faria, 181, denominada SF 539 Participações Societárias S.A. Com objeto social de participação em outras sociedades, na qualidade de acionista ou quotista na sua constituição. Conforme ata de 29 de julho de 2022 foi alterada a sua denominação para Infraestrutura Brasil Holding XXI S.A. e em 18 de dezembro de 2023 foi alterada a sua denominação social para Via Araucária Concessionária de Rodovias S.A. e o objeto social passou a ser operação e exploração de rodovia.

A Companhia tem como única controladora direta a Infra BR V Rodovias Holding III S.A., que por sua vez tem como controladora final do Grupo o Pátria Infraestrutura V Master Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário federal BR-277/373/376/476 e PR-418/423/427, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 01 do Sistema Rodoviário do Estado do Paraná, em conformidade com o Edital de Licitação nº 01/2023, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”) vencido em 25 de agosto de 2023, sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 30 anos iniciado em 26 de janeiro de 2024, compreendendo a prestação de serviços de execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia e realização dos investimentos necessários.

Para a oferta de lance no leilão, a Companhia apresentou a Proposta Econômica Escrita, quanto ao desconto sobre a tarifa básica de pedágio, o valor percentual de 18,25% (18,25 por cento) e conforme definido no Edital nº 1/2023, desembolsou no dia 26 de dezembro de 2023, a título de recursos vinculados adicionais na Conta de Aporte, o valor de R\$25.000 correspondente a cada 1% (um por cento) de desconto sobre a tarifa básica de pedágio apresentado no lance, para garantir as obras previstas no edital, como condição para a assinatura do Contrato.

Diante do contexto indicado acima, em que a Companhia tornou-se vencedora do leilão destinado a escolher o concessionário do Lote 01 das Rodovias do Paraná, solicitou-se a ANTT a autorização para realização de intervenções iniciais no Sistema Rodoviário a partir do dia 15 de outubro de 2023. O pedido considerou o disposto no item 16.4 do Edital de Concessão nº 01/2023. A medida requerida foi conduzida de forma paralela ao atendimento de todas as condições para assinatura do contrato e início da operação. No documento protocolado na ANTT, consignou-se o compromisso da Companhia em buscar, a partir do primeiro de dia de operação, o atendimento ao máximo dos serviços operacionais contidos no PER (Programa de exploração de rodovia), cumprindo com os respectivos índices de desempenho e os requisitos necessários para abertura das Praças de Pedágio.

Em 26 de dezembro de 2023, de acordo com o ofício SEI nº 42779/2023/COED1-2023/SUCON/DIR-ANTT protocolado em 06 de outubro de 2023, a ANTT procedeu com a autorização para início dos serviços pré-operacionais no sistema rodoviária a partir do dia 15 de outubro de 2023. Ainda, o documento publicado pela ANTT indicou que a antecipação das intervenções requeridas vão ao encontro do interesse público, na medida em que permitirão a realização de serviços essenciais ao início da prestação do serviço público no ambiente da concessão, antecipando benefícios a serem fruídos pelos usuários no estado do Paraná. Dentre os serviços pré-operacionais, autorizou-se:

- Implantação do sistema de comunicação operacional para que o Centro de Controle Operacional – CCO e todos os recursos operacionais possam trabalhar de forma segura e eficiente os serviços a serem prestados aos usuários;
- Reforma das Base de Serviços Operacionais – BSOs;
- Reforma e instalação dos painéis de monitoramento de algumas câmeras a serem distribuídas nos pontos críticos

da rodovia dentro do CCO de Irati;

- Reforma e instalação do Centro de Controle de arrecadação para monitoramento e operação remota das praças de pedágio em Irati; e
- Reforma de praças de pedágio e instalação dos sistemas de arrecadação.

Em 27 de janeiro de 2024, o DNIT, a ANTT e a Companhia, celebraram a assunção do sistema rodoviário mediante a assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência dos Bens atualmente utilizados para a operação e manutenção do Sistema Rodoviário, conforme nota explicativa de eventos subsequentes 21.

Em 30 de janeiro de 2024, a Companhia e a ANTT assinaram o contrato de concessão e conforme Deliberação nº 66 de 11 de março de 2024 (eventos subsequentes nota explicativa 21) a Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, autorizou o início da cobrança de pedágio nas praças, a partir da zero hora de 23 de março de 2024. A cobrança das tarifas foi autorizada após a restauração das estruturas prediais, instalação de novas bases de atendimento ao usuário, início dos serviços de suporte médico e mecânico, recuperação da infraestrutura de tecnologia da informação e vistoria realizada pela ANTT.

1.1. CONTRATO DE CONCESSÃO

Em 30 de janeiro de 2024 (conforme nota explicativa 21), foi celebrado o Contrato de Concessão com prazo de 30 anos, para exploração da infraestrutura e da prestação do serviço público de recuperação, operação, manutenção, monitoração, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço do Sistema Rodoviário que compõem o Lote 1 Paraná e integram a concessão as praças de pedágio P1 – S. L. Do Purunã – PR (km 140+000) da BR-277/PR, P2 – Lapa – PR (km 191+500) da BR-476/PR, P3 – Porto Amazonas – PR (km 165+700) da BR-277/PR, P4 – Imbituva – PR (km 216+000) da BR-373/PR e P5 – Irati – PR (km 256+100) da BR-277/PR, que foram adequadas para a operação de cobrança a partir de 23 de março de 2024.

O projeto envolve o desenvolvimento de infraestrutura em transporte, especificamente por meio da prestação de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos necessários à exploração do sistema rodoviário que integra o trecho.

A Companhia assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 344 km de duplicação de rodovia
- 215 km de faixas adicionais
- 32 km de vias marginais
- 27 km de ciclovias
- 63 interseções
- 20 correções de traçado
- 12 passarelas
- 92 melhorias de acesso
- 3 km de barreira antirruído
- 14 passagens de fauna
- 31 caixa de produtos perigosos

Conforme estabelecido no contrato de concessão, a tarifa de pedágio terá o seu primeiro cálculo contratual para fins de início da cobrança de pedágio, sendo considerada a Tarifa Básica de Pedágio reajustada monetariamente por meio do índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio (IRT). A primeira revisão ordinária da tarifa de pedágio ocorrerá seis meses após o fim do primeiro ano de concessão.

Extinta a Concessão, serão revertidos ao Poder Concedente todos os Bens Reversíveis, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, e cessarão, para a Concessionária, todos os direitos emergentes do Contrato. No caso de bens arrendados ou locados pela Concessionária, necessários para a operação e manutenção do Sistema Rodoviário, a Operadora Futura poderá, a seu exclusivo critério, suceder a Concessionária nos respectivos contratos de arrendamento ou locação de tais bens.

Em decorrência do modelo de contrato de concessão ser da forma não onerosa e considerar o menor preço de tarifa de pedágio, a Companhia não paga ao Poder Concedente, pelo direito de exploração do lote mencionado, nenhum ônus fixo e/ou variável.

Os principais compromissos firmados pela Companhia decorrentes do contrato de concessão são:

(a) Efetuar o recolhimento à ANTT, ao longo de todo o prazo de concessão da verba de fiscalização que será destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão. O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$11.500 a ser atualizado pelo índice de reajustamento para atualização monetária do valor da Tarifa de Pedágio – IRT.

(b) A Companhia deve assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER.

(c) Não cabe, durante o prazo da concessão, nenhuma solicitação de revisão tarifária devido à existência de diferenças de quantidade e/ou desconhecimento das características da rodovia pela Companhia, sendo de sua responsabilidade a vistoria do trecho concedido, bem como o exame de todos os projetos e relatórios técnicos que lhe são concernentes, quando da apresentação de sua proposta inicial no leilão.

(d) A Companhia assume integralmente o risco decorrente de danos na rodovia que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro.

(e) A Companhia assume integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

(f) A Companhia assume integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio da rodovia, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.

(g) O Estatuto Social da Companhia prevê a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 28 de fevereiro de 2026.

(h) A Companhia deve apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

O contrato de concessão da Via Araucária estima investimento de R\$9 bilhões ao longo dos 30 anos. Serão alocados para melhorias na infraestrutura e a recuperações e manutenções, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“*International Financial Reporting Standards – IFRS*”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – (“IASB”)” e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 28 de Março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em real – R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados foram arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

Não foram identificadas informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(ii) Julgamentos

As aplicações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Contabilização do contrato de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão. Os investimentos que geram potencial de receita adicional são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura.

Determinação das receitas de construção

De acordo com ICPC 01 (R1) – Contratos de concessão (IFRIC 12), quando a Companhia contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação de serviços, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção, conforme nota explicativa nº 14.

Imposto diferido

O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 7.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e período de 2022 (não auditado).

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26/IAS 1 e ao IFRS *Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e com insignificante risco de mudança no valor. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

(ii) Aplicações financeiras

Incluem os montantes de aplicações financeiras sem conversibilidade imediata em caixa. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não superando o valor de mercado.

Esses recursos são utilizados em investimentos necessários para a melhoria ou manutenção das rodovias objeto do contrato de concessão e demais investimentos previstos nos contratos de concessão.

(iii) Imposto de renda e contribuição social – diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferido do exercício são calculados com base nas alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o resultado líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Para um arrendamento específico, as diferenças temporárias de um ativo de direito de uso e de um passivo de arrendamento são consideradas pela base líquida (o arrendamento) para fins de reconhecimento do imposto diferido.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer

integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da Companhia.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Impostos diferidos são calculados com base nas alíquotas fiscais aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas leis e alíquotas fiscais promulgadas ou substancialmente promulgadas no fim de cada período de relatório.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Para lucros tributáveis futuros, as premissas utilizadas são as mesmas praticadas nas revisões das projeções, e sempre relacionadas à estimativa do volume de tráfego, ao preço da tarifa de pedágio e seu reajuste, ao crescimento do PIB, a taxa de inflação esperada e o período projetivo da concessão.

(iv) Intangível

A Companhia, quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ela tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Companhia poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão (refere-se a data que a infraestrutura encontra-se disponível para uso), conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras.

(v) Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensurado pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

(vi) Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(vii) Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – valor justo por meio do resultado abrangente ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2023 não há instrumentos classificados como VJORA.

Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias:

(c) Custo amortizado

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; – como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente – o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou

- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
- substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
- a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de juros de referência se as seguintes condições forem atendidas:

- a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e
- a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior – ou seja, a base imediatamente anterior à mudança.

Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(viii) Prejuízo básico e diluído por ação

O cálculo do prejuízo básico por ação é feito por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício, atribuível aos acionistas controladores da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado básico por ação.

(ix) Reconhecimento de receita

a) Receitas de construção

A Companhia contabiliza receitas relativas à construção das infraestruturas utilizadas na prestação dos serviços seguindo o estágio da construção da referida infraestrutura, em conformidade com a interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

A receita relacionada aos serviços de construção ou modernização segundo um contrato de concessão de serviços é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Companhia que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção. A receita de operações ou serviços é reconhecida no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Caso o contrato de concessão de serviços contenha mais do que uma obrigação de performance, a contraprestação recebida é alocada com referência aos preços relativos pelos quais a entidade venderia cada um dos serviços entregues separadamente.

b) Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos, e passivos e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

(x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira para empresas de capital aberto, como parte de suas demonstrações financeiras.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para perda de crédito esperada), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

(xi) Informação por segmento

Os segmentos operacionais devem ser identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Companhia, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Companhia, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Companhia classificou seus negócios como exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio.

A área geográfica de concessão da Companhia é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos).

(xii) Benefícios a empregados

A Companhia concede diversos planos de benefícios a empregados, assistência médica, participação nos lucros e resultados, dentre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação, com base em regime de competência.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que o serviço relacionado seja prestado.

A Companhia não concede plano de benefício pós-empregos para seus funcionários e administradores na modalidade de benefício definido.

(xiii) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos da captação de recursos de terceiros são capitalizados de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 20 (R1) IAS 23 – Custos de Empréstimos emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Na extensão em que a Companhia toma recursos emprestados especificamente com o propósito de obter um ativo qualificável, a Companhia determina o montante dos custos dos empréstimos elegíveis à capitalização como sendo aqueles efetivamente incorridos sobre tais empréstimos durante o período, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário de tais empréstimos.

(xiv) Mudanças nas principais políticas contábeis

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias – por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração. Para arrendamentos e passivos de demonstragem e remoção, uma entidade deve reconhecer os ativos e passivos fiscais diferidos associados desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como reserva de lucros, prejuízos acumulados ou em outros componentes do patrimônio líquido nessa data. Para todas as outras transações, uma Companhia aplica as alterações às transações que ocorrem em ou após o início do período mais antigo apresentado. Em 31 de dezembro de 2023, em sua avaliação a Companhia não identificou possíveis impactos relacionados da adoção dessa norma.

Imposto mínimo complementar global

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32/IAS 12) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2022 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Informação de políticas contábeis materiais

A Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26 /IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis “materiais”, em vez de “significativas”. As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as Companhias a fornecer informações úteis sobre políticas contábeis específicas da Companhia que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa 2.5 Políticas contábeis materiais (2022: Principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

(xv) Novos pronunciamentos contábeis

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

- (c) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26/IAS 1)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui transações de empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2023.

A Companhia está monitorando de perto os desenvolvimentos futuros.

(b) Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco Sacado”) (alterações ao CPC 26/IAS 1 e CPC 40/IFRS 7)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não possui transações de Risco Sacado em 31 de dezembro de 2023.

(c) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06/IFRS 16). Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, CONTA CORRENTE RESTRITA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2023	2022 (não auditado)
Caixa e contas bancárias	5	-
Aplicações financeiras	452.439	-
Total	<u>452.444</u>	<u>-</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de alta liquidez, com vencimentos não superior a 3 meses da data do investimento e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e que visa atender compromissos de curto prazo.

B. CONTA CORRENTE RESTRITA

	2023	2022 (não auditado)
Não circulante		
Conta de aporte	28.577	-
Total	<u>28.577</u>	<u>-</u>

Conta bancária de titularidade da Companhia e de movimentação restrita, aberta perante o Banco Depositário correspondente aos Recursos Vinculados decorrentes ao lance vencedor do leilão, sendo certo que, no ato de sua constituição, foi outorgados poderes para a movimentação da Conta de Aporte, exclusivamente pela ANTT e para os fins previstos no Edital e no Contrato (Garantia).

C. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2023	2022 (não auditado)
Aplicações financeiras	204.560	-
Total	<u>204.560</u>	<u>-</u>

CDBs – Certificados de depósitos bancários que estão sujeitos às remunerações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI à taxa média de 98% a.a. em 31 de dezembro de 2023, e serão utilizados para os investimentos previstos no contrato de concessão.

5. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representados por:

	2023	2022 (não auditado)
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	856	-
Total impostos a recuperar circulante	<u>856</u>	<u>-</u>

6. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão representados por:

	2023	2022 (não auditado)
Prêmios de seguros a apropriar (a)	4.552	-
Total despesas antecipadas circulante	<u>4.552</u>	<u>-</u>
Circulante	4.546	-
Não circulante	<u>6</u>	<u>-</u>

(a) Prêmios de seguros tem a sua apropriação de acordo com o período de vigência individual de cada apólice.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e contribuição social

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado) é como segue:

	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(4.812)	-
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	1.636	-
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	(623)	-
Total imposto apurado	<u>1.013</u>	<u>-</u>
Imposto contabilizado	1.013	-
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Diferido	1.013	-
	<u>1.013</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva de impostos	(21%)	-

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Saldos patrimoniais estão representados por:

<u>Não circulante</u>	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	2023	2022 (não auditado)
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	2.686	-
Provisão de participação nos lucros	254	-
Outras provisões	41	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	2.981	-
Alíquota nominal	34%	34%
Total diferenças temporárias ativas	<u>1.013</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>1.013</u>	<u>-</u>

Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários em resultados tributáveis futuros.

Movimentos de resultados estão representados por:

	2023	2022 (não auditado)
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	2.686	-
Provisão de participação nos lucros	254	-
Outras provisões	41	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	2.981	-
Alíquota nominal	34%	34%
Total	<u>1.013</u>	<u>-</u>
Total do imposto de renda e contribuição social	<u>1.013</u>	<u>-</u>

(b) Reconciliação da taxa efetiva

	<u>2023</u>
Lucro antes dos impostos de renda e da contribuição social	(4.812)
Alíquota fiscal nominal	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal	1.636
Adições e exclusões permanente, líquidas	(623)
Adição ou exclusão de base negativa/prejuízo fiscal	<u>1.013</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.013</u>
Alíquota efetiva	21%

A expectativa para a realização do imposto diferido reconhecido, indicados pelas projeções de resultado tributável, é até o final da concessão.

8. INTANGÍVEL

	<u>Adiantamento a fornecedores</u>	<u>Infraestrutura em construção</u>	<u>Total</u>
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 2022 (não auditado)	-	-	-
Adições	5.724	28.837	34.561
Saldo em 2023	<u>5.724</u>	<u>28.837</u>	<u>34.561</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 2022 (não auditado)	-	-	-
Saldo em 2023	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 2022 (não auditado)	-	-	-
Saldo em 2023	5.724	28.837	34.561
Taxa de amortização	-	-	

9. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas entre as partes relacionadas são relativas a despesas administrativas.

Os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (não auditado), com as quais ocorreram operações, estão demonstradas a seguir:

	<u>2023</u>	<u>2022 (não auditado)</u>
(A) <u>Ativo circulante</u>		
Contas a receber:		
Infra BR V Rodovias Holding III S.A. (b)	24.065	-
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	208	-
Contas a receber de partes relacionadas circulante	<u>24.273</u>	<u>-</u>
(B) <u>Passivo circulante</u>		
Contas a pagar:		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	280	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	4	-
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	5	-
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A. (a)	17	-
Contas a pagar a partes relacionadas circulante	<u>306</u>	<u>-</u>

- (a) Referem-se a compartilhamento de despesas referentes ao rateio dos gastos incorridos comuns às partes relacionadas, incluindo gastos com a estrutura administrativa do grupo, que estão sendo compartilhadas entre as empresas através de critérios de rateio que consideram, por exemplo, histórico do uso efetivo de determinado recurso compartilhado por cada uma das partes, quantidade de colaboradores de cada parte que terão acesso a determinado recurso compartilhado e aferição do uso efetivo de determinado recurso compartilhado.
- (b) Refere-se ao compromisso assumido pelos acionistas de entregar caixa no montante de R\$ 24.065 atrelado ao aumento de capital de acordo com os boletins de subscrição onde é estabelecido o cronograma de aporte de capital, sendo esta condição irrevogável e irretroatável. Vide nota explicativa nº 21 recebido subsequente.

As transações realizadas no resultado em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão demonstradas a seguir:

	2023	2022 (não auditado)
	<u>Despesas gerais</u>	<u>Despesas gerais</u>
<u>Contas de resultado</u>		
Eixo SP Concessionária de Rodovias (a)	(72)	-
IBH I Serviços e Participações S.A. (a)	(4)	-
Infraestrutura Brasil Holding VII S.A. (a)	(627)	-
Infraestrutura Brasil Holding VIII S.A. (a)	(80)	-
Total	<u>(783)</u>	<u>-</u>

10. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo no passivo circulante de R\$17.427 refere-se a passivos junto a fornecedores e prestadores de serviços relacionados principalmente a valores por conta de serviços, materiais e equipamentos relacionados predominantemente à concessão.

	2023	2022 (não auditado)
Fornecedores nacionais	12.126	-
Fornecedores provisão (a)	5.301	-
Total fornecedores circulante	<u>17.427</u>	<u>-</u>

(a) Provisão de notas fiscais de prestação de serviço e material registrada em virtude do período de competência de sua emissão.

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Estão representados por:

	2023	2022 (não auditado)
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	154	-
Programa de integração social - PIS	7	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	42	-
Tributos federais retidos	688	-
Total impostos federais	<u>891</u>	<u>-</u>
Impostos sobre serviços - ISS	250	-
Total impostos municipais	<u>250</u>	<u>-</u>
Total impostos federais e municipais circulante	<u>1.141</u>	<u>-</u>

12. FINANCIAMENTOS

1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais

Em 08 de novembro de 2023, foi realizado a 1ª emissão de Notas Comerciais Escriturais, sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, captadas junto ao Banco ABC Brasil S.A., com vencimento final em 08 de janeiro de 2024. O montante total da emissão foi de R\$30.000, com taxa contratual CDI + 3,30% a.a., correspondentes a 30.000 Notas Comerciais Escriturais com valor nominal unitário de R\$1, em série única, para colocação privada, sem qualquer esforço de venda ou colocação perante o credor ou intermediação de instituições integrantes do sistema de distribuição, razão pela qual fica dispensada o registro na Comissão de

Valores Mobiliários - CVM e de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA. As Notas Comerciais Escriturais foram subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu valor nominal unitário.

A emissão das Notas Comerciais Escriturais possui cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado automático, na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos abaixo:

(i) pedido ou decretação de falência, apresentação de requerimento de autofalência, pedido de declaração de insolvência civil, intervenção, liquidação extrajudicial ou início de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, visando a recuperação judicial ou extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

(ii) transformação da forma societária para outro tipo de sociedade, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 28 de dezembro de 2023, a Companhia antecipou o pagamento da Notas Comerciais Escriturais, de forma deliberada.

A movimentação está representada a seguir:

	2023			2022 (não auditado)		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-	-	-	-
Captações/Renovações	30.000	-	30.000	-	-	-
Juros provisionados	585	-	585	-	-	-
Amortização de principal	(30.000)	-	(30.000)	-	-	-
Pagamento de juros	(585)	-	(585)	-	-	-
Saldo final	-	-	-	-	-	-

13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$735.074, compostos por 735.074.410 ações ordinárias e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas (em 31 dezembro de 2022 é de R\$0,4, compostos por 0,4 ações ordinárias e sem valor nominal, integralmente subscritas e integralizadas).

A Companhia aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor subscrito	Valor integralizado
07.08.2023	AGE		711.009	711.009	-
22.12.2023	AGE	Dinheiro	-	-	150.000
26.12.2023	AGE	Dinheiro	-	-	561.009
27.12.2023	AGE (i)		24.065	24.065	24.065
			<u>735.074</u>	<u>735.074</u>	<u>735.074</u>

(i) A integralização do capital no exercício de R\$ 24.065 foi realizado com base no boletim de subscrição onde é estabelecido cronograma de aporte de capital sendo esta condição irrevogável e irretroatável, sendo este boletims de subscrição considerado instrumentos financeiros, de acordo com o CPC 39 / IAS 32 e a contrapartida deste valor apresentado no contas a receber.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

O Estatuto Social da Companhia prevê em cada exercício social a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das S.A.

A Administração poderá pagar ou creditar, em cada exercício social, *ad referendum* Assembleia Geral Ordinária, juros sobre capital próprio.

Em 31 de dezembro de 2023 não há constituição de dividendos mínimos obrigatórios devido ao resultado apurado no exercício de 2023 ter apresentado prejuízo.

14. RECEITAS

Estão representadas por:

	2023	2022 (5 meses e 18 dias) (não auditado)
Receita de serviços de construção (a)	28.837	-
Receita bruta	28.837	-
Deduções	-	-
Receita líquida	28.837	-

(a) Sobre a receita de serviços de construção não há incidência de impostos sobre faturamento, pois não foi faturado, foi reconhecido a construção de acordo com ICPC01 (R1)/IFRIC 12 – Contrato de Concessão.

15. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	2023	2022 (5 meses e 18 dias) (não auditado)
Custo dos serviços prestados:		
Custos de serviços da construção	(28.837)	-
Com pessoal	(1.494)	-
Serviços de terceiros	(1.018)	-
Seguros / Garantias	(393)	-
Outras despesas diversas	(238)	-
Conservação e Manutenção	(189)	-
Consumo	(29)	-
Transportes	(6)	-
Outras despesas operacionais	(2)	-
Total custo dos serviços prestados	(32.206)	-
Despesas gerais e administrativas:		
Outros	(1.771)	-
Serviços de terceiros	(58)	-
Comunicação e marketing	(38)	-
Publicações legais	(21)	-
Total despesas gerais e administrativas	(1.888)	-
Total custos e despesas	(34.094)	-

16. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	2023	2022 (5 meses e 18 dias) (não auditado)
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	1.227	-
Total receitas financeiras	1.227	-
Despesas financeiras:		
Imposto sobre receita financeira	(57)	-
Juros de financiamento	(585)	-
Outras despesas	(140)	-
Total despesas financeiras	(782)	-
Total resultado financeiro	445	-

17. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o resultado e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do resultado básico e diluído por ação:

	2023	2022 (5 meses e 18 dias) (não auditado)
<u>Básico/Diluído</u>		
Prejuízo do exercício	(3.799)	-
Número de ações durante período (*)	284.667	-
Prejuízo por ação	(0,01)	-
(*) em milhares		

18. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia administra seu capital para assegurar que ela possa continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pela Administração com base no Gerenciamento de Risco.

Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado, o risco de taxa de juros decorre de aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Companhia adotou a política de apenas negociar com contrapartes que tenham capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, somente como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

As operações que sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito residem, principalmente, nas contas correntes bancárias, aplicações financeiras e contas a receber com partes relacionadas, onde a Companhia fica exposta ao risco da instituição financeira envolvida. Visando gerenciar este risco, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras consideradas pela Administração, como de primeira linha.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada operação. Além disso, as receitas de pedágios se darão de forma bem distribuída durante todo o exercício societário, sendo os seus recebimentos por meio de pagamentos à vista ou por meio de pagamentos eletrônicos com garantias das suas administradoras de cobranças, que são administradoras renomadas. Para os casos das receitas acessórias a Companhia interromperá a prestação de serviços em casos de inadimplimentos.

O risco de crédito decorrente de caixa e equivalentes de caixa, corresponde ao saldo contábil líquido apresentado na nota explicativa nº 3. Para bancos e instituições financeiras, a Companhia tem como política a diversificação das suas aplicações financeiras em instituições de primeira linha.

c) Riscos de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia por meio de um modelo de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Fluxos de caixa contratuais		
		Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2024
Fornecedores	-	17.427	17.427	17.427
Contas a pagar - partes relacionadas	-	306	306	306
		<u>17.733</u>	<u>17.733</u>	<u>17.733</u>

d) Análise de sensibilidade

A Companhia apresenta a seguir as informações sobre seus instrumentos financeiros, especificamente sobre a análise de sensibilidade requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise de sensibilidade, a Companhia adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia.
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia e que é referenciada por fonte externa independente (Cenário I). É requerida a divulgação da fonte externa utilizada para determinação do cenário provável.
- Definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).
- Apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia.

No quadro abaixo, são considerados três cenários sobre os ativos e passivos financeiros relevantes, com os respectivos impactos nos saldos de balanço patrimonial da Companhia, sendo: (i) cenário provável, o adotado pela Companhia; e (ii) cenários variáveis chaves, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Além do cenário provável, a Companhia determinou adequado a apresentação de dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado.

As taxas consideradas foram:

Referência para ativos e passivos financeiros risco redução	Cenário provável	Valorização		Desvalorização	
		25%	50%	25%	50%
CDI ativo (% a.a)	8,90%	11,13%	13,35%	6,68%	4,45%

O indicador utilizado para 2023 foi obtido da projeção do BACEN no boletim Focus de 31/12/2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a sensibilidade de cada instrumento financeiro, considerando a exposição à variação de cada um deles, é apresentada nas tabelas abaixo:

Instrumentos	Exposição em 31.12.2023	Risco	Cenário provável		Valorização (R\$)		Desvalorização (R\$)	
			%	Valor	25%	50%	25%	50%
Ativos financeiros:								
Aplicações financeiras	656.999	CDI	8,90%	58.473	73.091	87.709	43.855	29.236
Total	656.999			58.473	73.091	87.709	43.855	29.236
Impacto no resultado e no patrimônio líquido					14.618	29.236	(14.618)	(29.236)

Instrumentos financeiros

As operações com instrumentos financeiros da Companhia estão reconhecidas nas demonstrações financeiras, conforme quadro a seguir:

		2023	2022 (não auditado)	Nível
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	(i)	452.444	-	-
Conta corrente restrita	(i)	28.577	-	-
Aplicações financeiras	(i)	204.560	-	-
Contas a receber de partes relacionadas	(i)	24.273	-	-
Total do ativo		709.854	-	
Passivo				
Contas a pagar - partes relacionadas	(ii)	306	-	-
Fornecedores	(ii)	17.427	-	-
Total do passivo		17.733	-	

(i) custo amortizado; (ii) outros passivos financeiros

Mensuração a valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos determinado com base nos preços observados nos respectivos mercados.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Técnicas de mensuração do valor justo:

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros (com exceção daqueles descritos acima) é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos:

(i) Os saldos de fornecedores e contas a pagar com partes relacionadas financiamento possuem prazo de vencimento substancialmente em até 30 dias, portanto, se aproxima do valor justo esperado pelo Grupo.

(ii) Os saldos de equivalentes de caixa, conta corrente restrito, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber com partes relacionadas são iguais ao valor justo na data do balanço patrimonial.

19. SEGUROS E GARANTIAS

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. A Companhia, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária.

Em 31 de dezembro de 2023, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>	<u>Vigência</u>
Seguro garantia (a)	95.036	até agosto de 2024
Risco de engenharia (b)	132.720	até janeiro de 2025
Responsabilidade Civil Geral (c)	10.000	até janeiro de 2024

(a) indenização no caso de descumprimento de quaisquer obrigações decorrentes da Lei ou do Edital, incluindo a recusa de assinatura do Contrato de Concessão, não atendimento das exigências para a assinatura do contrato, nas condições e no prazo estabelecidos no Edital.

(b) cobertura de todas as obras civis e instalações e montagens para a construção, adequação/reforma geral e manutenção ampla das cinco praças de pedágios com prédios administrativos e edifícios de Serviços de Atendimento ao Usuário - SAU que existirem em conjunto com as praças.

(c) indenização a terceiro reclamante e/ou reembolsar o segurado, relativas a reparações por danos involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, ocorridos nas obras cobertas pelo Risco de Engenharia (b).

20. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM O CAIXA

As aquisições de infraestrutura em construção patrimônio líquido que não tiveram impacto direto sobre o fluxo de caixa corrente em 31 de dezembro de 2023, estão demonstradas a seguir:

Infraestrutura em construção	2023	2022 (não auditado)
Saldos a pagar no exercício, que não afetaram as adições da nota de infraestrutura em construção:		
Aquisição de bens de infraestrutura em construção registrados em obrigações fornecedores	12.609	-
Aquisição de bens de infraestrutura em construção registrados em obrigações fiscais	1.092	-
Total dos fluxos de caixa na compra de infraestrutura em construção	<u>13.701</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido		
Saldos a receber no exercício, que não afetaram as adições da nota de patrimônio líquido:	24.065	-

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

- Integralização de capital social de R\$24.065 em 12 de janeiro de 2024. O capital social da Companhia passa a ser conforme segue:
- Capital social subscrito e integralizado de R\$735.074, compostos por 735.074.410 ações ordinárias e sem valor nominal.
- Em 27 de janeiro de 2024, ocorreu a celebração da assunção do sistema rodoviário mediante a assinatura do Termo de Arrolamento e Transferência dos Bens.
- Em 30 de janeiro de 2024, ocorreu a assinatura do contrato de concessão.
- Em 11 de março de 2024, ocorreu a autorização para início da cobrança de pedágio nas praças, a partir da zero hora de 23 de março de 2024, conforme Deliberação nº 66.

* * *

Diretores
Sergio Ray Santillan
Gilson de Oliveira Carvalho

Contador
Daniel Lavorini
CRC 1SP241985/O-5